

## **Registro da Reunião do COCEP – 29 e 30/06/2016**

29/06/2016, - Início às 14 horas

Schenkel iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e fazendo uma rodada de apresentações.

Na sequência apresentou a pauta previamente definida e questionou se havia sugestão para inclusão de novos assuntos na pauta.

### **DISCUSSÕES**

#### **1. IX MICTI** – 16 e 17 de novembro;

Schenkel informou sobre a IX MICTI que acontecerá nos dias 16 e 17/11/2016 no Campus Videira – houve reunião em maio com representantes da comissão organizadora no campus Santa Rosa do Sul. Foram feitos ajuste na minuta do edital para licitação, a qual foi submetida à análise da Procuradoria. Foi informado que não temos ainda orçamento preciso, só a estimativa considerando o orçamento do ano passado.

O custo será rateado entre reitoria e campus, não será valor padrão para campus grandes e pequenos, por sugestão do CODIR a divisão considerará o número de alunos por campus.

Projeto CNPq não foi aprovado; Solicitação de apoio com recursos financeiros foi negada com a justificativa de que a contribuição/contrapartida do CNPq com o evento já ocorre por meio das bolsas.

Para bolsistas CNPq e FAPESC a apresentação de trabalhos é obrigatória. Chamada 02/2015 FAPESC – define que o aluno bolsista deverá apresentar os resultados da pesquisa em evento científico ou publicá-los em periódico indexado, sob a forma de artigo científico, mencionando a condição de bolsista e o apoio recebido da FAPESC e do IFC ao desenvolvimento do projeto de pesquisa. - necessidade dos bolsistas apresentares (post ou oral).

Será liberado o regulamento da apresentação dos trabalhos, com o número de cotas, e quantidade de trabalho no geral, o número ainda será definido, mas deverá ser aproximadamente a mesma estimativa de trabalhos do último, em torno de 260.

O IFC CULTURA ocorrerá junto com a MICTI – Será discutida a programação - proposta para redução do número de apresentações.

Submissão de trabalhos indicados em eventos dos campi – Os *campi* escolherão os trabalhos que irão participar da MICTI, a cota garante a representação dos *campi*. Além desses indicados pelo *campus*, poderá haver a livre inscrição de outros – trabalhos publicados na forma de resumo expandido.

**2. Cartão Pesquisador** – venceu contrato com o BB; novo contrato em análise pela Procuradoria; edital atual em fase de prestação de contas; ver interesse em novos editais para 2016-2017 – datas; novo edital por meio do convênio com a FAPESC somente em 2017;

Prestação de contas 30/06 – necessário pensar algumas questões.

O contrato com o BB venceu, não ficou sobre a responsabilidade do gestor de contrato, ficou

engavetado e só foi percebido posteriormente pela nova gestão. Resolveu-se deixar finalizar, gastar o resto do dinheiro e fazer um novo contrato. Está sob análise da procuradoria e há previsão de retorno para a próxima semana. A partir daí podemos fazer editais para uso do cartão. O Edital de apoio a inovação tem implantação prevista para agosto.

Schenkel questiona se há interesse por parte dos *campi* em reeditar os editais feitos no ano passado.

Os coordenadores manifestaram-se favoráveis à reedição, porém fizeram alguns apontamentos em relação às dificuldades de comprar com o cartão pesquisador, em virtude das certidões negativas, limite R\$ 8.000,00, necessidade de três orçamentos, etc. Schenkel esclarece que não há o que fazer, esta obrigatoriedade consta na legislação vigente. Esclarece, ainda, que, de acordo com o Procurador, a lei de licitações é superior a portaria do tesouro nacional. Existe uma possibilidade de mudança com a aprovado o marco legal de ciência e tecnologia, o qual está sob consulta pública. A sugestão, por ora, foi de perguntar às empresas quem tem cadastro no SICAF e tirar a certidão negativa via SICAF, a qual substitui as outras 9 certidões necessárias àquelas que não são cadastradas.

Schenkel informou que a PROPI centralizou a edição e processo de seleção, mas os recursos são dos *campi*. Cada *campus* dispõe do recurso para este edital. Informou, ainda, que o Cartão precisa estar vinculado ao um CNPJ de *campus* que não tenha cartão corporativo, em virtude da incompatibilidade.

O *Campus* Blumenau se colocou à disposição para realização do novo contrato

Edital da FAPESC – parceria externa? Necessário amadurecer a ideia e aguardar posicionamento do procurador – contraproposta da FAPESC para incluir a necessidade de parceiros locais fazendo parte do processo e injetando recursos. A FAPESC faria a gerência desta conta, porém temos dificuldades em encontrar meios legais de transferir recursos para uma terceira pessoa.

O Cartão pesquisador poder ser utilizados em projetos de extensão que envolvem Transferência de tecnologia e APLs, o que dará mais autonomia para adquirir produtos e equipamentos específicos.

Carla sugere videoconferência, com auxílio do DAP, para auxiliar com informações de modo a facilitar aos pesquisadores contemplados nos projetos a execução do dinheiro.

Prazos para implementação – fazer reunião com os pesquisadores – se até novembro o pesquisador disser que não utilizou o valor, este poderá ser utilizado para material de custeio, mas não para material permanente – Para remanejar os valores não utilizados é necessário que seja até agosto, do contrário se perde. Estender o prazo para aquisição (outubro, por exemplo)

Encaminhamentos: Será feita uma consulta aos Diretores-Gerais, com cópia aos Coordenadores de pesquisa, até meados de julho, para em agosto trabalhar nos editais.

**3. Editais Internos dos *campi*** – lançados ou não; informar número de bolsas concedidas; dados indicadores de desempenho 2015 (solicitação do MEC para Relatório de Gestão);

Apresentação da planilha “COMPONENTES/INDICADORES DA INSTITUIÇÃO - PESQUISA E EXTENSÃO”, a qual deverá ser preenchida somente com os dados da pesquisa, depois serão somados aos dados extensão na Reitoria. Schenkel solicita aos coordenadores que informem à PROPI, periodicamente, o quantitativo de bolsas, para que tenhamos sempre disponível esta informação atualizada.

Sugestão para incluir nos editais de bolsa da Reitoria, uma cláusula para permitir o ranqueamento. Extrair do seu campus e pegar a sequência dos que não foram contemplados pela Reitoria.

Foi feita uma rodada para verificar a situação dos editais dos *campi*.

Brusque, Blumenau e São Bento do Sul não tem edital; Araquari vai abrir e os demais têm edital vigente. Alguns fazem pesquisa e extensão junto.

Para editais dos *campi* não é necessários que os avaliadores sejam externos ao IFC, basta que sejam externos ao campus, isso já dá isonomia. Solicitação de colaboração de avaliadores externos com prazo razoável para envio.

PTD – primeira experiência com as orientações estão nas normas vigentes (Resolução) - sugestões de aspectos a serem repensados poderão ser encaminhadas à PROPI para montar um banco de dados, para posteriormente rever a normativa.

Banco de avaliadores – Banco interno do IFC, não é de uso exclusivo da PROPI, caso os *campi* necessitem poderão utilizar também. Há também o banco de avaliadores dos IFs como um todo, levantado a partir do FORPOG.

Pensar em periodicidade para lançamento dos editais – os editais da reitoria seguem o padrão CNPq, existe uma conversa para alterar o cronograma. O Edital da FAPESC tem cronograma diferente em virtude da assinatura do convênio. Para este ano a FAPESC sinalizou que não tem recurso, pensar somente no orçamento de 2017.

Pensar/refletir – se vale a pena adotar cronograma de editais padrão – economizar trabalho. Se o CNPq mantiver a data, todos lançariam os editais em fevereiro ou março, com submissão até o final de abril, avaliação em mai e junho, classificação no final de junho ou início de julho, divulgação no final de julho e implantação em agosto – A sugestão de edital para cadastro de reserva para aproveitar o ranqueamento, permitirá a submissão de projetos por mestres.

Informativo – Foi preenchido e enviado o relatório de 2014 e 2015 de bolsas CNPq e solicitada a renovação e ampliação das cotas para o próximo biênio. O edital foi lançado como cadastro de reserva sem saber quantas vagas virão.

Proposta: Edital único para cadastro de reserva para o conjunto diverso de bolsas oferecidas pela instituição, seja por agência de fomento, seja com recursos da instituição – Caracterizar o tipo de bolsa para mestrado e doutorado. Situação: mudança no calendário e todos os avaliadores serem doutores para projetos financiados pelo CNPq.

#### **4. Curso INPI para alunos; (NIT)**

Carla falou sobre o curso introdutório a propriedade intelectual do INPI (DL 101 P) que, num primeiro momento, será para servidores (técnicos e docentes) e para os alunos num segundo momento, após a assinatura do termo de acordo. O curso é Pré-requisito para os próximos cursos, que são gratuitos e tem certificação.

#### **5. Assuntos Gerais do NIT;**

Divulgação da inovação como cultura – usar o termo inovação na MICTI: trabalhar com

empreendedorismo e trabalhar com Propriedade Intelectual com pesquisadores e alunos e realizar workshop à parte.

Carla falou sobre a necessidade de mapeamento dos projetos de pesquisa, como um meio de saber o que estamos pesquisando e compartilhar com todos – rastreando pelos grupos de pesquisa e editais de PIBT, PIBIC, PIBIC-AM E PIBIC-AF. Solicitou aos coordenadores de pesquisa o envio de arquivo em formato editável.

Carla pediu um feedback sobre o edital de inovação, em relação ao número de inscrições -

Carla esclarece que o pedido de registro de patente de Invenção ou Modelo de utilidade deve ser encaminhado ao NIT e não direto ao INPI. Sugere que o pesquisador faça a busca prévia para verificar se não já não existe outra patente e que a instituição capacite para isso. Informou, ainda, que por ser o primeiro Edital desse tipo está sujeito a erros e que o que for constatado deve ser informado para efetuar as adequações nos próximos.

## **6. Novos grupos de pesquisa:** (Coordenação de Pós-Graduação)

De acordo com a Resolução nº 097/2013, as propostas de novos grupos de pesquisa são previamente avaliadas pela Coordenação de Pós-graduação, mas a aprovação da proposta de criação do Grupo cabe ao Comitê Central de Pesquisa (COCEP).

### ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Arauari – de forma geral está de acordo com a resolução – problema geral área de conhecimento (capes e CNPq) recomendação para usar área do CNPq – se tiver vinculação ao programa de pós-graduação observar também a da capes. Recomendação para aprovação, condicionada a adequação.

Luzerna – NDOP – área do conhecimento sem subárea – justificativa fraca, interessante pensar em verificar se no IFC não tem, demonstrar a particularidade ou quando o outro já atingiu os 10 pesquisadores. Informações sobre situações que caracterizam grupo atípico. Recomendação para aprovação, condicionada a adequação.

Luzerna – GPCSL – 3 áreas e 3 linhas de pesquisa problemáticas – não apresenta projeto a ser realizado pelo grupo – retornar ao grupo com novas orientações ou seja, para se integrar a outros grupos já existentes ou reconstrução da proposta e aguardar nova manifestação.

## **7. Comitê de ética em Pesquisa** – CEPESH, BIOSSEGURANÇA, CEUA; (Eduardo)

Comitê de Biossegurança – pauta do CONSUPER para setembro;

Comitê de ética de seres humanos está consolidado e funcionando, é um por instituição – o calendário do comitê de ética é diferente do calendário dos editais e vice-versa. O pesquisador precisa estar antecipado, pesquisas com entrevista, inclusive TCC devem passar pelo comitê.

Comitê do uso de animais em pesquisa – Atualmente existem só nos dois campi com curso de Medicina Veterinária, porém, em função do acúmulo e ampliação dos conceitos o regimento abriu a possibilidade para que cada um dos campi com escola-fazenda crie o seu CEUA.

Encerramento da reunião às 18 horas

---

### **30/06/2016 - INÍCIO 8h30min**

Schenkel iniciou a reunião apresentando a Professora Renata Junqueira de Souza da UNESP, avaliadora externa na seleção dos bolsistas e na sequência foi feita a apresentação da equipe dos campi e da PROPI. Em virtude da necessidade aguardar as demais avaliadoras externas pra tratar sobre as Bolsas PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC-EM e PIBITI do IFC/CNPq 2016/2017, deu-se sequência à reunião abordando então os Assuntos Gerais.

### **8. Assuntos gerais:**

#### **- II Seminário de Educação do Campo;**

Michel informou que o I **Seminário de Educação do Campo** ocorreu antes da gestão do Sobral. O II será no Campus Avançado Abelardo Luz, junto com o do MST, entre os 11 e 13 de agosto de 2016. No dia 27/06 chamada de trabalhos nos três eixos. A parte financeira está sob responsabilidade da Reitoria. O objetivo é aproximar as pessoas que trabalham com a educação no campo com essa temática e aproximar com o próprio movimento dos educadores do campo do MST. Outro objetivo é discutir uma proposta de qual campus encampará, em virtude da natureza do próprio campus. Trabalhará com a pedagogia da alternância, concomitância Ensino Médio e Técnico, envolverá duas instituições, IFC e Escola estadual. É necessário construir uma proposta político pedagógica para dar conta dessa situação. Já estão sendo contatadas as pessoas que trabalham diretamente, mas o convite é estendido a todos.

Foi lembrado, ainda, sobre o convite do SEURS de 03 a 05/08 no Campus Camboriú.

#### **- Mestrado – seleção e aula inaugural;**

Ouve a seleção de alunos até 22/06, divulgação dos resultados, previsão para início das aulas na primeira semana de agosto com aula inaugural. Para o IFC é um momento muito especial por ser o primeiro programa de mestrado institucional, em paralelo estamos trabalhando em outras frentes para criação de outros mestrados. Foi submetida proposta para um Mestrado em Educação e Sustentabilidade, coordenada pelo Prof. Eduardo Werneck e estamos aguardando o resultado. Expectativas são de razoáveis a boas, pois já pontuamos na produção docente, porém há falta de experiência em pós-graduação *stricto sensu*. Se não vier favorável, será necessário trabalhar em cima das críticas e traçar estratégias para corrigir e tentar novamente no próximo ano.

Estamos trabalhando na articulação da proposta na área da Produção Vegetal e rearticulação do grupo e dos recém-contratados, com a perspectiva de reencaminhar esta proposta. Dentre as críticas, são duas áreas complicadas de se aproximar (produção vegetal e pós-colheita) e é um mestrado profissional com cara de acadêmico.

Outra proposta é o Mestrado em Ensino de Ciência – está dando primeiros passos – as licenciaturas são basicamente centradas em química, física e matemática e temos um grupo de professores qualificados.

A Gestão propõe dar o apoio necessário para construção e reconstrução das propostas e compromisso na implantação, inclusive com o aporte de recurso no que é necessário para dar condições básicas para funcionamento e consolidação dos programas.

No III SIEPE foram convidados avaliadores da CAPES para discutir diretrizes, políticas e estratégias para os próximos anos e fazer avaliação das nossas propostas, mesmo que não estejam formalizadas, no sentido de orientar. As três pró-reitorias (PROPI, PROEX e PROEN) se envolveram para viabilizar a vinda dessas pessoas.

Eduardo comentou sobre os percalços por conta de produção. É um problema, a produção do docente que entra no IFC cai, o campus precisa auxiliar nas revistas qualificadas, muitas vezes essas revistas demandam custos de tradução e editoração, o *campus* poderia auxiliar.

A Coordenadora do Campus Araquari pergunta sobre o edital 58/2016. O Campus tem um semelhante, haverá suporte para publicação em revista? Schenkel responde que não tem, mas terá. A política da gestão é integrar as pró-reitorias e criar uma política única a cerca disso e que o trabalho para essa integração, assim como a indefinição em relação aos recursos, alongaram o processo. O Edital deverá ser lançado em julho.

O Coordenador do Campus Avançado Sombrio pergunta sobre a revista da Reitoria, sobre artigos. Eduardo responde que é a da extensão. Talvez a chamada seja feita na próxima semana para publicação na revista. Há a Preocupação em não fechar só no IFC. Início de política para construção de editora do próprio IFC, que será “Instituto Federal Catarinense”, porque o CNPJ não permite o nome como editora (internamente será editora IFC). Será dada preferência para eBooks na plataforma. Terá componentes qualificadores, pareceristas *ad hoc*. Em 07/07 o Regimento interno da Editora estará na pauta na reunião do CONSUPER. Já está registrada junto à biblioteca nacional, então já podemos publicar, independente do regimento interno. Ainda há Invisibilidade do IFC enquanto produtor, a proposta é dar uma identidade, uma cara, independente de *campus*. Publicação de anais, livros e outras deverão passar pela editora, para que a identidade do IFC fique refletida.

#### **- Revisão e atualização das normas institucionais de pesquisa, pós-graduação, grupos de pesquisa, bolsas...**

Novo marco legal da ciência, tecnologia e informação aprovado em janeiro (em consulta pública). Pelo novo marco o NIT passa a adquirir característica equivalente à fundação, ter CNPJ próprio e gerir recursos. Como fazer? A legislação atualmente não permite que o CNPJ do IFC seja vinculado outro CNPJ (como a editora). Dispensa de licitação, importação direta, possibilidade de bolsas para professores, tudo precisará ser pensado sobre a maneira que estas questões serão encaminhadas.

Proposta – nos eventos realizados nos *campi* trazer pessoas que discutam o novo marco legal, papel da inovação. Não conseguimos para o SIEPE por falta de agenda, tratativas para promover um evento com outra pessoa. Participar em eventos externos.

Carla pergunta sobre o agente da RECIPEP nos *campi*, ninguém soube. Participou da RECIPEP junto com o INPI, proposta para capacitações regionais. Ver se estão atuando como multiplicadores.

A Resolução que trata dos grupos de pesquisa tem situações da base anterior do CNPq, precisa ser alterada para adequar aos novos critérios, pois já existe cadastro nacional *lato senso* e não existia, à época, a plataforma sucupira. Essas mudanças impactam nas nossas normativas, as quais precisam ser atualizadas, inclusive a normativa docente. Conflitos nas normas internas.

Nova versão na normativa de concessão de bolsas de iniciação científica e iniciação tecnológica (RN CNPq nº 017/2006) – com a nova versão todos os orientadores terão que ser doutores. Aguardar oficializar a alteração para alterar o nosso regulamento de bolsas. Buscar fomentar a discussão.

#### **- Edital para apoio ao Dinter;**

Informativo - Novo edital nos próximos dias para utilização de Recurso específico que estava na previsão orçamentária em função de contratemplos entre IFC e UFPR. Os recursos serão utilizados via do cartão pesquisador para quem está na fase experimental do processo. Só temos recursos para pagamento de bolsas e diárias, o edital cobrirá a outra parte (Aquisição de novos materiais). São mais 10 doutores nas ciências agrárias, uma das áreas que está em processo de reconstrução da proposta de *Stricto sensu*. As agências (Capes e CNPq) entendem que só a Reitoria e pró-reitoria devem negociar novos programas, os *campi* não devem fazer o contato direto.

#### **- III SIEPE**

Schenkel fez um relato sobre o III SIEPE, que ocorreu entre os dias 22 e 24/06/2016 no *Campus* Rio do Sul. O evento teve a temática central firmada em torno do papel da pós-graduação a partir da interdisciplinariedade para a consolidação da integração entre ensino, pesquisa e extensão, perpassando também outros temas, como internacionalização e práticas pedagógicas inovadoras.

Subtemática - internacionalização e programas de pós e interdisciplinaridade

Piloto de escola de verão em inglês para atender professores, alunos e técnicos.

1 – Acordo de Cooperação com Portugal - Começar com um curso em um campus (piloto) – começar na graduação promover possibilidade que nossos servidores e alunos façam intercâmbio com a universidade do porto.

2 – Acordo de Cooperação com a Finlândia - engenharia, meio ambiente, tecnologia.

3 – Acordo de Cooperação com a Suécia – perspectiva de iniciar proposta de intercambio – ciências sociais aplicadas – possibilidade de 8 anos.

Encaminhamento: Proposta para que a partir do próximo ano MICTI e SIEPE sejam eventos concomitantes, objetivando ao mesmo tempo fortalecer a MICTI em função da presença dos orientadores e também proporcionar a participação de um número maior de técnicos e docentes nas discussões, um potencializará o outro e otimizará o deslocamento dos participantes. A proposta será levada para as instâncias deliberativas.

**9 Bolsas PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC-EM e PIBITI do IFC/CNPq 2016/2017** – Fechamento do processo de classificação dos projetos; (Coordenação de Pesquisa – Aline); Editais; critérios; submissão; processo de avaliação.

Novamente foi feita uma rodada de apresentações, tendo em vista a chegada dos avaliadores externos, Prof. Mari Inês C. Boff e Prof. Cileide M. M. Coelho, ambas da UDESC de Lajes e Prof. Gerson Tontini, da FURB, colaboradores pesquisadores do CNPq. Os editais do IFC estão publicados na página da Reitoria, optou-se por organizar com cadastro de reserva, em virtude de estar em processo a renovação das cotas. O relatório será feito até 13/07, com a solicitação da nova

cota de bolsas, a ser aprovada ao longo de julho. Por não ter o número exato de bolsas, o edital ranqueará conforme pontuação obtida, e assim que definida as cotas, os classificados serão chamados. Elaboração dos editais com base orientação da Resolução Normativa CNPq nº 17/2016, observando os critérios estabelecidos. São editais que seguem o mesmo padrão todos os anos, com algumas adequações. Os editais precisarão passar pelas adequações necessárias. O recebimento dos projetos seria, inicialmente, até 11/04, porém o cronograma foi retificado estendendo para 29/04/2016. Para ser avaliado pelo comitê de avaliação (COCEP) os projetos precisam passar pelo comitê do campus (CAPP) para endossar, a fim de ter maior garantia de haver condições de serem realizados, pois a reitoria não está dentro do *campus* e não tem a informação precisa da viabilidade técnica de realização do trabalho. O Edital não prevê recursos, só a bolsa, o *campus* é quem deve assumir os demais custos e é papel da CAPP avaliar isso. Findo a submissão, verificação dos critérios de admissibilidade, passa-se à avaliação propriamente dita (mérito técnico e mérito curricular). Mérito Curricular vale 30% o mérito técnico vale 70%. Aline esclarece sobre o que trata cada edital, a forma de distribuição dos trabalhos para avaliação do mérito técnico, que são diferentes para cada edital, bem como os cuidados tomados. Avaliadores doutores do IFC – 2 externos e 1 externo ao campus. O avaliador não poderia estar inscrito no edital. Aline informou, ainda, o número de projetos submetidos, número de projetos aprovados e número de bolsas concedidas. Prof. Mari Inês questiona o número de inscritos, sendo 151 no total e 129 aprovados. Quais os motivos para a desclassificação? Tomar cuidado para não correr o risco de termos menos projetos e mais vagas, principalmente no EM. Prof. Cileide perguntou sobre a quantidade de projetos que pediram a segunda bolsa – só o EM permite. Alguns avaliadores retornaram com a observação de que os projetos são para EM e não Superior. Prof. Renata pergunta quanto ao número geral de professores em relação ao número de submissões de projetos – a relação ficou em torno de 10%. Prof. Gerson perguntou se há pesos para quem submete mais de um projeto, ao que foi respondido não haver. Prof. Renata – Avaliação do mestrado em educação – Não pode olhar para o processo da IC sem olhar para o processo do mestrado. Sugeri fazer editais PIBIC sem bolsa, a exemplo da UNESP, onde o docente pode pesquisar e desenvolver a pesquisa sem bolsa, ele leva a certificação da universidade de que orientou iniciação científica. Tem que aprovar 3 orientações. Pensar políticas para incentivar mais docentes à pesquisa, 10% é muito pouco. Prof. Mari Inês – Estudante de graduação desenvolve trabalho de pesquisa e tem possibilidade de apresentação em eventos de IC ou eventos TC e recebe certificado que pontuam no currículo do estudante. Trabalhar mais a filosofia de ser um pesquisador, independente da bolsa, despertar isso nos alunos. Permitir também que o orientador oriente mais projetos, fora do limite. Carga horária do professor envolvido – a carga horária é de acordo com a invergadura do projeto – a normativa docente deixa até 20 horas – alunos devem cumprir 20 horas de atividades complementares (ver os limites). Prof. Cileide solicitou o envio da relação de docentes – relação professor/projeto e projeto/professor, bem como o número de projetos por áreas em cada modalidade.

Schenkel encerrou a reunião às 12 horas, agradecendo a presença de todos e destacando que o objetivo da PROPI é aperfeiçoar cada vez mais o processo.